

# DEE for Finanças

## Deloitte Executive Education



### IFRS 9, 15 e 16 e respetivos impactos fiscais

Contas a receber de clientes, participações e outros investimentos financeiros, capital próprio, empréstimos obtidos e contas a pagar a fornecedores são exemplos de instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros representam, assim, uma percentagem elevada do balanço das entidades, pelo que constituem uma parte relevante do seu relato financeiro.

A IFRS 9 é uma norma que entra em vigor em 1 de janeiro de 2018 e que vem introduzir um conjunto de alterações profundas no relato dos instrumentos financeiros. Vem, por exemplo, introduzir um novo modelo de imparidade (modelo de perdas esperadas), vem alterar as categorias de instrumentos financeiros e as suas bases de mensuração e vem modificar o paradigma da contabilidade de cobertura.

**Duração total estimada da formação: 17h**

#### Programa

##### **Aspetos Conceituais – Principais Alterações Introduzidas pela IFRS 9**

- Breve introdução à IFRS 9
  - Objetivos
  - Estrutura
- Principais categorias de instrumentos financeiros
  - Classificação
  - Mensuração subsequente
  - Modificação de ativos e passivos financeiros
- Imparidade
  - Conceito de perdas esperadas
  - Modelo geral a 3 passos
  - Exceções e isenções à aplicação do modelo geral
  - Questões relacionadas com a implementação prática
- Contabilidade de cobertura
  - Novo paradigma: aproximação à perspetiva da gestão
  - Novas coberturas
  - Critérios de aplicação
  - Avaliação da eficácia
- Transição
  - Alternativas de transição
  - Casos particulares:
    - Classificação de instrumentos financeiros
    - Imparidade
    - Contabilidade de cobertura
- Impactos fiscais

##### **Aspetos Práticos**

- Casos práticos

#### Destinatários

Profissionais da área financeira

#### Objetivos

Identificar as principais alterações introduzidas pela IFRS 9 e avaliar os seus impactos no relato financeiro das entidades.

# DEE for Finanças

## Deloitte Executive Education



### IFRS 9, 15 e 16 e respetivos impactos fiscais

A IFRS 15 consiste em estabelecer os princípios que uma entidade deve aplicar para o relato de informações úteis aos utentes de demonstrações financeiras sobre a natureza, a quantia, a calendarização e a incerteza inerentes ao rédito e aos fluxos de caixa decorrentes de um contrato com um cliente.

O princípio fundamental da IFRS 15 é que uma entidade deve reconhecer o rédito para representar a transferência para clientes de bens ou serviços prometidos numa quantia que reflete a retribuição que a entidade espera receber em troca de tais bens ou serviços.

Os principais desafios passam pela aplicação de novos julgamentos e estimativas, alterações de processos e formação ao pessoal.

**Duração total estimada da formação: 17h**

#### Programa

##### Aspetos Conceituais – Principais Alterações Introduzidas pela IFRS 15

- Breve introdução à IFRS 15
  - Objetivos
  - Estrutura
- Identificação de um contrato com cliente
- Identificação das obrigações de desempenho no contrato
  - Obrigações de desempenho separadas e conjuntas
  - Direitos materiais
- Determinação do preço da transação
  - Retribuição variável
  - Modelo esperado vs valor mais provável
  - Limitações à estimativa variável
- Alocação do preço da transação
- Reconhecimento do rédito
- Transição
  - Alternativas de transição
- Impactos fiscais

##### Aspetos Práticos

- Casos práticos

##### Destinatários

Profissionais da área financeira

#### Objetivos

Identificar as principais alterações introduzidas pela IFRS 15 e avaliar os seus impactos no relato financeiro das entidades.

# DEE for Finanças

## Deloitte Executive Education



### IFRS 9, 15 e 16 e respetivos impactos fiscais

A IFRS 16 vem estabelecer os requisitos de relato de contratos de locação (na esfera do locador e do locatário), substituindo a IAS 17.

A IFRS 16 introduz alterações substanciais no relato dos contratos de locação na esfera do locatário, assim como no relato das transações de *sale and leaseback*. Destacam-se os seguintes aspetos:

- existe um único modelo para reconhecer e mensurar as locações.
- são introduzidos alguns expedientes práticos, optativos, incluindo ao nível da transição.
- Está prevista a separação dos vários componentes do contrato, quando aplicável, devendo separar-se a componente da locação (direito de usar o ativo) da componente de serviço.

**Duração total estimada da formação: 17h**

#### Programa

##### Aspetos Conceituais – Principais Alterações Introduzidas pela IFRS 16

- Breve introdução à IFRS 16
  - Objetivos
  - Estrutura
- Identificação de um contrato de locação
- Separação das componentes do contrato
- Contabilidade do locatário
  - Mensuração inicial
  - Mensuração subsequente
- Alguns aspetos particulares
  - Prazo da locação
  - Pagamentos da locação
  - Taxa de desconto
- Contabilidade do locador
- Sale & Leaseback
- Transição
  - Alternativas de transição
- Impactos fiscais
- Considerações finais

##### Aspetos Práticos

- Casos práticos

##### Destinatários

Profissionais da área financeira

#### Objetivos

Identificar as principais alterações introduzidas pela IFRS 16 e avaliar os seus impactos no relato financeiro das entidades.